DECLARAÇÃO POLÍTICA

15 de Julho de 2010

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

É aqui, na casa da democracia açoriana, que se deve avaliar a forma como a democracia se exerce nos Açores.

É aqui, no primeiro órgão da Autonomia, que deve surgir o debate entre as diferentes concepções de sociedade defendidas pelas forças políticas que aqui têm assento. Todas elas, e todos os deputados aqui presentes, estão aqui em função de resultados alcançados em eleições, o momento em que os Açorianos têm oportunidade de se pronunciar.

Não está em causa a legitimidade de quem governa.

Contudo, por algum motivo, os Açorianos entenderam atribuir os seus votos a diferentes forças políticas. Entre os que votaram, nem sequer metade mandatou o governo para esta legislatura. Inteligentemente, os Açorianos distribuíram mandatos por vários partidos, cada um deles preconizando o seu modelo de governação.

É isso a democracia. Diferentes opiniões, que devem chegar livremente aos governados. Diferentes opções, que devem ser ouvidas e acolhidas, sempre que possível, de forma equilibrada, aberta e tolerante. Quanto a medidas, só ao governo compete a respectiva implementação.

O Estado democrático de direito não pode subsistir sem que haja pluralismo ideológico e político. A liberdade tem que estar sempre presente e ser progressivamente mais forte.

A democracia não pode prosperar sem que exista o respeito pela liberdade. Esta, por sua vez, não pode prescindir de um mínimo de participação popular nos assuntos governamentais, nem do respeito, por parte das autoridades, pelas garantias e direitos individuais fundamentais e pela pluralidade de ideias.

Já dizia Antoine de Saint-Éxupery: "*Sei que só há uma Liberdade: a do pensamento*".

No PSD, damos espaço e liberdade à iniciativa e criatividade da sociedade civil. Pautamo-nos pelos valores democráticos do direito à natureza humana, sempre indispensável a uma integral afirmação da personalidade de cada indivíduo. Orgulhamo-nos de ser um partido aberto à pluralidade de opiniões. Connosco, todos podem dizer o que pensam.

Não vemos essa atitude em todos. Pelo contrário.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A disparidade na distribuição dos gastos em publicidade institucional, que recentemente o Governo Regional se viu obrigado a revelar na sequência de um requerimento apresentado pelo PSD, é escandalosa. É tão gritante que apenas se pode concluir que existe um óbvio intuito de pressionar, de controlar aquilo que, em democracia, deve ser inequivocamente livre. A crueza dos números divulgados só se pode associar a um

objectivo claríssimo: limitar a livre expressão das opiniões e a divulgação isenta das notícias.

As dúvidas dissiparam-se. Percebe-se agora que o governo não quer mesmo que existam regras que limitem a sua capacidade de decidir. O governo quer colocar a sua publicidade onde muito bem entender, sem disso dar contas a ninguém.

Só que o dinheiro que o governo gasta… não é seu!

Diga-se de passagem que é uma velha "doença" de que os socialistas padecem. Basta recordar os sucessivos episódios a que o governo de José Sócrates tem estado associado. Os socialistas açorianos têm seguido esses maus exemplos. Em alguns casos, quem sabe, o movimento tem sido o inverso.

Os deputados socialistas, substituindo-se, curiosamente, ao governo, tentaram explicar o facto. Manifestamente "apanhados", apenas conseguiram mostrar que era grande o seu incómodo. Entraram pela via do inimaginável. Espera-se agora, ansiosamente, que o Secretário Regional com a tutela do sector apresente os critérios que utilizou.

Os números divulgados são a prova evidente de que o governo não consegue resistir à sua vontade de controlar. São sintoma de adopção de comportamentos inaceitáveis em democracia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O direito de todos conhecerem a actividade de quem governa, de amplo acesso dos cidadãos aos resultados da aplicação dos recursos que a todos pertencem, encontra nos Açores outras formas de limitação.

Sempre que consegue passar despercebido, o governo não divulga o que corre mal. Com escassos resultados positivos para apresentar, remete-se à propaganda. Desesperado, branqueia a sua inabilidade, publicita factos que sabe não serem sentidos pelas pessoas, faz leituras travessas e apresenta falsas desculpas.

Perante a incapacidade em apresentar resultados da sua actuação, o governo tem uma atitude doentia. A acção propagandística tornou-se obsessiva.

Os Açorianos, incomodados com o permanente auto-elogio deste governo, não compreendem que não seja reconhecida a situação altamente desfavorável que estão a atravessar. Não entendem como é que alguns podem permanentemente dizer que os Açores passaram ao lado da crise, que a crise é por cá mais suave, ou que seja proferida qualquer outra declaração desajustada da realidade.

Este governo bem tenta, a todo o custo, mostrar que tudo vai bem e que se recomenda. No entanto, todos, mesmo muitos socialistas com maior nível de responsabilidade na máquina partidária, embora "impedidos" de o admitir publicamente, sentem exactamente o contrário.

É confrangedor e incómodo ver a forma como este governo reage quando é questionado sobre aspectos em que seja evidente que uma opção governativa tomada se revelou inadequada. A culpa é sempre de outros. Na maioria das vezes, é atirada para bem longe, para fora dos Açores.

Em democracia, é essencial assumir responsabilidades.

Este governo já não consegue, também, esconder a sua inabilidade. Há uma manifesta falta de criatividade. Frequentemente apresenta iniciativas feitas em cima do joelho. Já se tornou habitual que corrija, meses depois, uma medida anteriormente tomada.

Os métodos que utiliza para esconder dos Açorianos o seu mau desempenho, estão, no entanto, diferentes.

No último congresso socialista, o Presidente do Governo teve necessidade de apresentar promessas. Era necessário "abafar" o clima de "fim de ciclo"do seu governo, patente no congresso, onde foram esquecidas as dificuldades vividas pelos Açorianos.

Uma das novidades, apresentada com ar triunfal, a das célebres tarifas aéreas a "menos de 100 euros", deixou de ser verdade dois meses depois. O Presidente do Governo foi corrigido pelo grupo parlamentar socialista deste Parlamento. Os socialistas desmentiram o seu presidente.

Que tipo de credibilidade merece quem se auto-desmente desta forma nua e crua? Que confiança pode existir perante esta completa desorientação de quem governa os Açores?

Em democracia, exige-se verdade. As dificuldades dos Açorianos não se resolvem com propaganda, nem com promessas. Resolvem-se com acção.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Pela palavra, encontramos um governo disponível para acolher contributos da oposição. Na prática, encontramos total intolerância. Se as propostas são apresentadas pelo PSD, é certo e sabido que são chumbadas. Uns tempos depois… são plagiadas.

É um trajecto cada vez mais recorrente. É sintoma de um PS cansado de governar e em fase decadente. Um PS extenuado, sentindo que está cada vez mais próximo o fim do seu ciclo. A arrogância é, assim, levada às últimas consequências.

Quem perde? As famílias e as empresas, que vêem adiada a superação das suas dificuldades.

Contudo, a democracia é o regime da tolerância. Obriga a uma preocupação permanente: a de melhorar as condições de vida das pessoas. Ninguém, nem o governo, pode ceder à tentação de as penalizar, pela mera imposição de opções, ou de rejeição de outras, apenas em função de quem as apresenta.

Respeitar os valores da democracia é, também, estar aberto a esclarecer a forma como os dinheiros públicos são aplicados.

Os socialistas mostraram "total disponibilidade e interesse" para que o célebre processo de construção de navios fosse "esclarecido cabalmente". Era isso que se exigia, já que aos políticos cabe defender os interesses de quem os elege.

O atraso na criação da Comissão criada para o efeito, a que se juntou a demora no envio da documentação solicitada ao Governo Regional, contrariaram a "disponibilidade e interesse" iniciais.

Depois, foi a rejeição da audição de mais de metade das pessoas propostas, ou a recusa de audição daqueles que, pelo lado do governo socialista, tinham conduzido o processo desde o seu início, designadamente o antigo secretário regional da área. A vontade de esclarecer não existiu. Gerou maiores desconfianças sobre um processo que, para já, e ainda sem navios, está a fazer perder muitos milhões de euros aos Açores.

Impedir o esclarecimento, designadamente quando está em jogo o dinheiro dos Açorianos, é um comportamento inadmissível. A transparência é um valor essencial da democracia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

"*Quanto maior o poder, mais perigoso é o abuso".* Disse Edmund Burke. Se conhecesse a realidade açoriana, tinha ainda maiores fundamentos para a sua afirmação.

Um projecto político de governo que apenas se afirma na necessidade de permanência interminável no Poder, é um projecto falhado, porque não se vincula à apresentação de resultados, em cada momento.

O poder público regional tem um forte arsenal de meios e instrumentos para condicionar, dosear e embalar os factos, para disfarçar a verdade.

Nesse sentido, o PSD quer lutar por mais qualidade na democracia açoriana.

Construir o futuro com os açorianos é muito diferente do que tentar condicioná-los a um presente de interesses partidários. A obra feita faz parte do saldo de uma governação, mas o orçamento não pode ser uma "arma de arremesso" eleitoral. Recusamos o populismo, o facilitismo, a demagogia, a arrogância, o despesismo. Acreditamos na responsabilidade, na humildade, na coragem e na ambição.

Disse um dia César: *"Não há glória maior do que perdoar a quem me atacou, e premiar a quem me serviu".*

Era outro o César que o disse. Não o que todos estariam a pensar. Era o de Roma, há muitos séculos.

O de cá não perdoa a quem o atacou. Limita-se a premiar quem o serve, ou quem serve os seus interesses. Estende a sua postura aos que o rodeiam. Recusa o acesso a documentos pagos com o dinheiro dos Açorianos.

É esta a democracia que vivemos nos Açores!

Disse.